

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2022 PMN



A empresa **MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita sob CNPJ 24.879.794/0001-73, com sede na rua Domingos Manoel Correa, 43, Centro, Penha, SC, CEP 88385-000, vem, tempestivamente, com fulcro no artigo 41, §2º da Lei 8.666/93, apresentar **IMPUGNAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2022 PMN**, conforme as razões que passa a aduzir.

I - SÍNTESE FÁTICA

O Município de Navegantes/SC instaurou processo licitatório para realizar licitação na modalidade EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2022 PMN, de menor valor por item, com o seguinte objeto:

1. OBJETO

1.1 O presente Pregão visa à escolha da melhor proposta em conformidade com as quantidades e características descritas abaixo e na folha modelo "**RELAÇÃO DE ITENS**" para o seguinte objeto:
PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS PARA REALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO ALUSIVA AO ANIVERSÁRIO DE 60 ANOS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES NESTE ANO DE 2022, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS ANEXAS.

Entende-se que as exigências quanto a qualificação técnica deve ser retificados pela Administração para que se possa ter uma ampla participação, conforme preconiza a lei, bem como não venha a prejudicar os licitantes que desejam participar do presente certame, bem como não sujeite o presente certame a ser suspenso pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina .

Em que se pese se tratar de uma contratação para aquisição de produtos e serviços essenciais a toda municipalidade, a Impugnante analisou de forma minuciosa o instrumento convocatório com vistas à ampliação a participação, e consequentemente a busca do melhor preço, verificando diversos pontos controversos, em flagrante afronta a legislação e jurisprudência pátria, maculando todo o procedimento licitatório, bem como suposto direcionamento.

Dessa forma, deve-se adequar o Edital em comento, nos termos das razões a seguir elencadas, de acordo com a legislação pátria visando à consecução da proposta mais vantajosa para a Administração, mas principalmente uma contratação segura, com o consequente melhor aproveitamento da contratação e a perfeita execução do objeto do certame.

Por estas razões, apresenta-se a presente impugnação.

II - RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

II.I - Das exigências de qualificação técnica, em desacordo com o entendimento jurisprudencial e a Lei

O edital de Pregão presencial em comento exige na apresentação dos documentos de habilitação em especial quanto a qualificação técnica em desacordo com a legislação vigente, bem como deixa de exigir documentos essenciais e passa a exigir somente documentos com o cunho de supostamente direcionar o certame e diminuir o numero de participantes.

O instrumento convocatório exige que o licitante esteja inscrito no Conselho Regional de Educação Física e em momento algum o objeto, bem como o termo de referência exige ou faz qualquer alusão de que se deve contratar alguém na área específica ou seja professor de educação física ou outro profissional ligado a essa área.

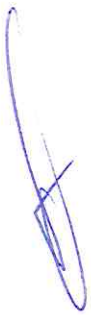
Assim fica evidente o direcionamento do presente certame, bem como a ilegalidade patente da exigência em comento esta elencada no item 5.5.4, ainda mais grave é que a exigência não possui qualquer serviço relacionado ou profissional da área especificamente para execução de serviços da área específica.

O instrumento convocatório somente exige que o licitante organize uma corrida rústica, ou seja o licitante deve organizar, e para organizar este item específico não há necessidade do licitante ter inscrição no Conselho Regional de Educação Física como presente fazer crer a administração, ficando evidente que a exigência tem meramente suposto cunho de direcionar o certame.

Fato este caso não seja retificado o instrumento convocatório será comunicado ao TCE/SC e ao representante do Ministério Público do estado de Santa Catarina para que tomem as providências que entenderem ser necessárias.

Item 5.5.4 do instrumento convocatório:

5.5.4 Comprovante de inscrição da empresa no Conselho Regional de Educação Física, bem como do seu responsável técnico, cujo vínculo com a empresa deverá ser comprovado através da apresentação da cópia da carteira de trabalho ou de contrato de prestação de serviços ou contrato social caso o responsável técnico seja sócio da licitante ou por outro documento que comprove o seu vínculo com a empresa.



Resta evidente que a exigência não tem nexos com o objeto ora pretendido, bem como não encontra qualquer respaldo legal, pois no mesmo certame podemos observar que o licitante deve montar várias estruturas e equipamentos de sonorização dentre outras obrigações e estas têm um valor considerável, bem como importância e exigem que o executor tenha registro junto ao CREA, bem como os responsáveis técnicos na área e o instrumento convocatório não exige do licitante a inscrição junto ao CREA, portanto resta evidente dois pesos duas medidas no presente certame na escolha dos critérios de qualificação técnica.

Até mesmo porque não tem lógica não exigir a inscrição do licitante junto ao CREA onde se exigem vários serviços relacionados a esta instituição, bem como são serviços de maior relevância e exige-se a inscrição em um

conselho o qual não se exige qualquer profissional habilitado na área como no caso de profissional de Educação Física.

Portanto deve o instrumento convocatório ser retificado pois resta completamente ilegal e somente com cunho supostamente de direcionar o certame bem como restringir a participação de várias empresas que possui capacidade técnica e condições de executar os serviços pretendidos fora da participação do certame com a exigência de inscrição do licitante junto ao Conselho Regional de Educação Física.

No mesmo norte a exigência de inscrição do licitante junto ao conselho regional de administração, o qual não possui qualquer nexos com os serviços ora pretendidos apenas tem o condão mais uma vez de supostamente direcionar o presente certame, pois é de conhecimento público e notório que as empresas que organizam eventos caso tem a obrigatoriedade de registro junto ao CRA.

Voltamos mais uma vez nos pronunciar no mesmo sentido que o serviço de maior relevância é a montagem da estrutura, bem como a que tem maior relevância assim caso entenda a administração que deva o licitante estar registrado em alguma entidade de classe competente seria o CREA.

Ainda na mesma toada o instrumento convocatório exige a inscrição do licitante junto ao CADASTUR que diga-se de passagem seria a única entidade a ter compatibilidade com o objeto do certame, portanto resta evidente que o recente certame possui exigências ilegais e restritas a competitividade, bem como dão margem a suposto direcionamento, ceifando a legalidade e os princípios que regem a administração pública. uma vez

Desta feita tais exigências são ilegais na medida em que se caracteriza restritiva à competitividade do certame, posto que tais documentos manifestam violação ao disposto na norma fundamental que guia o processo licitatório, o inciso I, do §1º, do art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade

administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (grifado)

Imperioso esclarecer que as exigências constantes nos itens 5.5.3 e 5.5.4 restringem a ampla concorrência, ceifando assim o princípio da vantajosidade, objetivo das licitações, bem como supostamente direcionam o presente certame a uma única empresa a se habilitar.

Destarte, regulamenta os limites das exigências de qualificação técnica em sede de habilitação em processos licitatórios o art. 30 da Lei 8.666/93, segundo o qual:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das

condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1o A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 2o As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4o Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5o É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, OU QUAISQUER OUTRAS NÃO PREVISTAS NESTA LEI, QUE INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

§ 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

(...)

§ 8o No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9o Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1o deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifado)

Assim sendo, nos termos prescritos na legislação colacionada, as exigências quanto à habilitação técnica do licitante deverão limitar-se ao disposto nesta norma, sendo vedada qualquer exigência de comprovação de atividade ou de possuir profissionais diverso do responsável técnico e seu registro na entidade de classe competente, referentes aos serviços de maior relevância .

Portanto resta evidente que o instrumento convocatório em seus itens 5.5.3 e 5.5.4 são ilegais e simplesmente tem o condão de supostamente direcionar o presente certame, fato este que será levado ao conhecimento


dos órgãos de controle para que tomem as providências cabíveis.

In casu, a exigência de habilitação técnica nos termos do art. 30 da Lei 8.666/93, resta suficientemente atendida pela licitante que possuir responsável técnico devidamente habilitado junto a entidade de classe cujo serviços são de maior relevância e no caso em comento seria o CREA, conforme previsão legal.

Portanto, visando a ampliação da participação no presente processo licitatório, de modo a garantir a observância ao princípio da ampla concorrência, é necessário que seja alterado o instrumento convocatório excluindo os itens 5.5.3 e 5.5.4, para que se amplie a concorrência, bem como o presente certame venha a obter o status da legalidade e evite que o mesmo seja suspenso pelos órgãos de controle, pois resta evidente suposto direcionamento quando das exigências.

Também nos ensina Marcal Justen Filho:

6) Inscrição em entidade profissional (inc. I)



A primeira ponderação a fazer consiste na impossibilidade de impor limites ao exercício de uma atividade ou profissão a não ser em virtude de lei. Essa é uma garantia consagrada no art. 170, parágrafo único, da CF/88. (Dialética, Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14 edição, página 431, Justen Filho Marcal)

Como nos mostrou Marcal não pode a administração impor que a empresa apresente documentos ou registros em várias entidades de classe como pretende a administração.

Ante a tudo o exposto, requer a retificação do edital de Pregão em comento, excluindo as exigências elencadas nos itens 5.5.3 e 5.5.4 e caso entenda necessário inclua o registro da empresa junto ao CREA pois os serviços de maior relevância são de competência desta entidade.

Assim sendo, a norma editalícia em testilha não merece ser assistida, uma vez que restringe a


competitividade e a isonomia do certame, em flagrante descompasso com os princípios norteadores das licitações, em especial o da igualdade e o da impessoalidade, além de contrariar o art. 3º, §1º, I, da Lei n. 8.666/93.

De modo a coadunar-se com o entendimento jurisprudencial já pacificado, é mister que seja admitida a participação de qualquer licitante que possua capacidade técnica compatível com o objeto do edital.

Ainda, não seria justo que a empresa licitante tenha que buscar junto ao judiciário o seu direito de participar do presente certame.

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu artigo 37, inciso XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações.

Por essa razão, toda e qualquer exigência que venha a restringir a competição no certame licitatório, além de justificada e pertinente ao objeto, deve ater-se ao que permite a lei, face ao princípio da legalidade.



O Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca de exigências não previstas nos artigos 28 a 31 da lei nº 8.666/93, conforme se depreende da Decisão nº 523/97, em que se destaca o seguinte trecho "A Administração Pública, para fins de habilitação, deve se ater ao rol dos documentos constantes dos arts. 28 a 31, não sendo lícito exigir outros documentos ali não elencado" (Decisão nº 523/1997, Plenário. Rel. Marcos Vinícius Vilaça. Sessão 20.08.1997).

Ademais, devem ser evitados formalismos e requisitos desnecessários, de modo a não ocasionar uma restrição ainda maior à competitividade.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade,

moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Essa, inclusive, é a inteligência do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:

Administrativo.Licitação.Interpretação do art. 30, II e §1º, da Lei 8.666/93.

‘O exame do disposto no art. 37, XXI da Constituição Federal, e sua parte final, referente a ‘exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações’, revela que o propósito aí objetivado é oferecer iguais oportunidades de contratação com o Poder Público, não a todo e qualquer interessado, indiscriminadamente, mas sim, apenas a quem possa evidenciar que efetivamente dispõe de condições para executar aquilo a que se propõe’ (Adilson Dallari). (Resp. Nº 172.232-SP, rel. Min. José Delgado, DJU de 21.9.98, RSTJ 115/194)

É dever da administração ampliar o número de participantes permitindo que empresas especializadas no serviços objeto do certame possam participar, não podendo a mesma exigir a inscrição em conselhos diversos e sem qualquer nexos com objeto do certame como no caso em tela.

Desta feita, não resta alternativa à Administração além de retificar o presente edital, adequando o mesmo para que se amplie a concorrência e que o mesmo fique de encontro com os ditames legais evitando assim que se busque socorro junto ao TCE e ao MP/SC.

III - PEDIDOS E REQUERIMENTOS

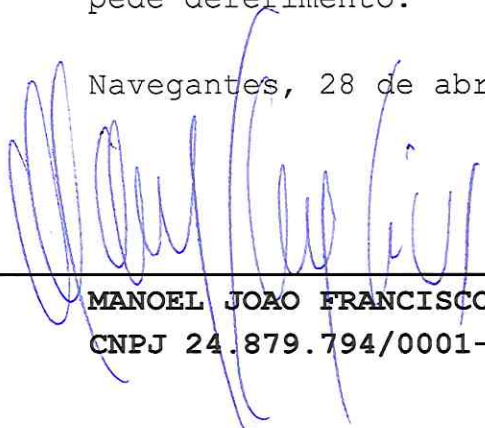
Demonstradas as irregularidades no instrumento convocatório, conforme as razões expostas, pugna pelo recebimento, processamento e acolhimento desta impugnação, reconhecendo-se os equívocos do Edital, e por consequência sua retificação de modo a adequar as exigências conforme demonstrado neste instrumento, desta feita será assegurada a segurança e eficácia da contratação, conforme as razões anteriormente expostas.

Ainda, requer que seja republicado o novo texto editalício pelos meios oficiais, nos termos do §4º do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, marcando-se nova data para a realização da licitação.

Por fim, requer que se manifeste a Autoridade competente acerca do presente pedido de impugnação no prazo de 24 horas, consoante ao disposto no artigo 12 do Decreto 3.555/2000 e artigo 41 da Lei 8.666/93.

Nestes termos,
pede deferimento.

Navegantes, 28 de abril de 2022.



MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO EPP
CNPJ 24.879.794/0001-73

24.879.794/0001-73
Manoel João Francisco Filho - EPP
TENDAS ITAJAI
Rua Domingos Manoel Corrêa, nº 43
Centro - CEP 88.385-000
PENHA - SC

SEXTA ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=4aWjxy3M0C_jAXvYl0023A&chave2=Ug8cwspsh_-ckGj5CvU1RA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 38835541972-MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO, brasileiro, separado judicialmente, empresário, nascido em 16/10/1958, inscrito no CPF/MF sob nº 388.355.419-72, Carteira Nacional de Habilitação nº 03293071649 órgão expedidor DETRAN-SC, residente e domiciliado na Rua: Domingos Rampelotti, nº 655, São Roque, Itajaí-SC, CEP: 88317-600, titular da empresa **MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO**, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob NIRE nº 42104512886, com sede Rua Domingos Manoel Correa, nº 43, Centro, Penha – SC, CEP 88385-000, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 24.879.794/0001-73, delibera e ajusta a presente alteração, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL/ATIVIDADES ECONÔMICAS

Cláusula Primeira – O Empresário Individual terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas:

LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE PALCOS, TENDAS, CAMAROTES, ESTANDES, PAVILHÃO DE LONAS, DECKS E PISO DE MADEIRITE E ARQUIBANCADAS MÓVEIS DE USO TEMPORÁRIO; LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS E INSTRUMENTOS MUSICAIS; SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, SERVIÇOS DE ESVAZIAMENTO E LIMPEZA DE TANQUES DE INFILTRAÇÃO E FOSSAS SÉPTICAS, SUMIDOUROS E POÇOS DE ESGOTO, LIMPEZA DE CAIXAS DE ESGOTO, GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E TUBULAÇÕES, SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO; SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E PRIVADOS; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS COMBINADOS DE APOIO A EDIFÍCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, LIMPEZA, PORTARIA, RECEPCIONISTA, COOPERAGEM, ZELADOR, AUXILIARES DE SERVIÇOS, TELEFONISTAS, COZINHEIRAS, CONFERENTES E OPERADORES; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES INCLUSIVE CAMINHÃO HIDRO JATO; TRANSPORTE DE ÁGUA TRATADA ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA; SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO; SERVIÇOS COMBINADOS DE CAMINHÃO HIDRO JATO/ VÁCUO; LANCHONETE, CASA DE CHÁ E SUCOS; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO POR BUFÊ PARA EVENTOS, FESTAS E RECEPÇÕES; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, ATIVIDADES DE LIMPEZA, COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS E TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022

SEXTA ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Principal:

77.39-0-03 Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes.

Secundárias:

01.61-0-99 Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente

36.00-6-02 Distribuição de água por caminhos

37.01-1-00 Gestão de redes de esgoto

37.02-9-00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

42-92-8-01 Montagem de estruturas metálicas

49.23-0-02 Serviço de transportes de passageiros – locação de automóveis com motorista

49.30-203 Transporte rodoviário de produtos perigosos

52.23-1-00 Estacionamento de veículos

56.11-2-03 Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

56.20-1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê

77.29-2-02 Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso domésticos e pessoal; instrumentos musicais

81.11.7-00 Serviços combinados para apoio e edifícios, exceto condomínios prediais

81.21-4-00 Limpeza em prédios e em domicílios

82.30-0-01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

90.01-9-06 Atividades de sonorização e de iluminação

81.29-0-00 Atividades de limpeza

38.11-4-00 Atividades de resíduos não perigosos

38.12-2-00 Atividades de resíduos perigosos

38.21-1-00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos

38.22-0-00 Tratamento e disposição de resíduos perigosos



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022

SEXTA ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Cláusula Segunda – Em face das alterações acima, consolida-se o contrato de empresário individual, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

Cláusula Primeira – O empresário adota como nome empresarial **MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO**.

Cláusula Segunda - O endereço da empresa individual está a Rua Domingos Manoel Correa, nº 43, Centro, Penha, SC, CEP 88.385-000.

Cláusula Terceira – O empresário possui o valor de capital social já integralizado em moeda corrente nacional no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), correspondendo ao valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota.

Cláusula Quarta – O empresário possui como objeto social o ramo de:

LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE PALCOS, TENDAS, CAMAROTES, ESTANDES, PAVILHÃO DE LONAS, DECKS E PISO DE MADEIRITE E ARQUIBANCADAS MÓVEIS DE USO TEMPORÁRIO; LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE MESAS E CADEIRAS E INSTRUMENTOS MUSICAIS; SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO E SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO E SUBLOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS, SERVIÇOS DE ESVAZIAMENTO E LIMPEZA DE TANQUES DE INFILTRAÇÃO E FOSSAS SÉPTICAS, SUMIDOUROS E POÇOS DE ESGOTO, LIMPEZA DE CAIXAS DE ESGOTO, GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E TUBULAÇÕES, SERVIÇOS DE TRATAMENTO DE ESGOTO; SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS; SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PRÉDIOS PÚBLICOS E PRIVADOS; SERVIÇOS DE MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS; SERVIÇOS COMBINADOS DE APOIO A EDIFÍCIOS PÚBLICOS E PRIVADOS, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, LIMPEZA, PORTARIA, RECEPCIONISTA, COOPERAGEM, ZELADOR, AUXILIARES DE SERVIÇOS, TELEFONISTAS, COZINHEIRAS, CONFERENTES E OPERADORES; SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E FESTAS. LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES INCLUSIVE CAMINHÃO HIDRO JATO; TRANSPORTE DE ÁGUA TRATADA ATRAVÉS DE CAMINHÃO PIPA; SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE SISTEMAS DE IRRIGAÇÃO; SERVIÇOS COMBINADOS DE CAMINHÃO HIDRO JATO/ VÁCUO; LANCHONETE, CASA DE CHÁ E SUCOS; SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO POR BUFÊ PARA EVENTOS, FESTAS E RECEPÇÕES; TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS, ATIVIDADES DE LIMPEZA, COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS E TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022

SEXTA ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

ATIVIDADES ECONÔMICAS:

Principal:

77.39-0-03 Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes.

Secundárias:

01.61-0-99 Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente

36.00-6-02 Distribuição de água por caminhões

37.01-1-00 Gestão de redes de esgoto

37.02-9-00 Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes

42.92-8-01 Montagem de estruturas metálicas

49.23-0-02 Serviço de transportes de passageiros – locação de automóveis com motorista

49.30-203 Transporte rodoviário de produtos perigosos

52.23-1-00 Estacionamento de veículos

56.11-2-03 Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares

56.20-1-02 Serviços de alimentação para eventos e recepções – bufê

77.29-2-02 Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso domésticos e pessoal; instrumentos musicais

81.11.7-00 Serviços combinados para apoio e edifícios, exceto condomínios prediais

81.21-4-00 Limpeza em prédios e em domicílios

82.30-0-01 Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

90.01-9-06 Atividades de sonorização e de iluminação

81.29-0-00 Atividades de limpeza

38.11-4-00 Atividades de resíduos não perigosos

38.12-2-00 Atividades de resíduos perigosos

38.21-1-00 Tratamento e disposição de resíduos não perigosos

38.22-0-00 Tratamento e disposição de resíduos perigosos



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022

SEXTA ALTERAÇÃO DE EMPRESÁRIO INDIVIDUAL
MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Cláusula Quinta: O empresário iniciou suas atividades em 25 de maio de 2016.

Cláusula Sexta: O empresário adota como nome fantasia a expressão: **TENDAS ITAJAÍ.**

Cláusula Sétima: Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário.

E, por estar assim ajustado, o empresário assina o presente instrumento.

Penha, 28 de Março de 2022.

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022



JUCESC
Junta Comercial do Estado de
SANTA CATARINA



225997436

TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO
PROTOCOLO	225997436 - 31/03/2022
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

MATRIZ

NIRE 42104512886
CNPJ 24.879.794/0001-73
CERTIFICO O REGISTRO EM 31/03/2022
SOB N: 20225997436

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20225997436

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 38835541972 - MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO - Assinado em 31/03/2022 às 11:08:55



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 31/03/2022 Data dos Efeitos 31/03/2022

Arquivamento 20225997436 Protocolo 225997436 de 31/03/2022 NIRE 42104512886

Nome da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 237830777386024

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 31/03/2022 Blasco Borges Barcellos - Secretário-geral em exercício

31/03/2022